

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL:
COMO TEM SE CONSTITUÍDO O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR, DE
CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO
BRASIL.**

Helisama Santos Sousa Barbosa¹ – Rede de Ensino Doctum
Iêda Barra de Moura Galvão² – Rede de Ensino Doctum

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa, contém a temática Educação inclusiva no Brasil: como tem se constituído o processo de inclusão escolar, de crianças com necessidades específicas na educação básica no Brasil. No intuito de descrever, quais os desafios encontrados no processo de inclusão, referente ao aprendizado e desenvolvimento de crianças com necessidades específicas no ambiente escolar. Com o objetivo geral de apresentar os direitos garantidos pela legislação vigente as pessoas com deficiência, fazendo um resgate histórico dos pontos relevantes no processo de implementação da Educação Inclusiva no Brasil, desconstruindo todo tipo de desvalorização e opressão relacionados a etnia, ao desempenho cognitivo, classe social e os desafios encontrados durante este trajeto no contexto escolar e na comunidade, discutindo as necessidades de adaptações curriculares para a Educação Inclusiva.

Tendo em vista a necessidade de um maior aprofundamento acerca do objeto de estudo em questão, contemplando de maneira quantitativa, baseando no levantamento bibliográfico, leitura, entrevista, levantamento de dados e análise das obras de alguns autores a partir das informações obtidas, trazendo uma breve reflexão para a formação do profissional enquanto docente, entendendo que cada educando tem as suas particularidades e que elas devem ser consideradas como diversidade, que todos são especiais trazendo consigo suas limitações e dificuldades.

¹ - Estudante de pedagogia – e-mail: helisamasousafelix18@gmail.com

² - Mestre em Letras – e-mail: iedagalvao@doctum.edu.br

Palavras-chave: Educação, Inclusão, Desafio, Deficiência

Abstract

The present research work contains the theme Inclusive Education in Brazil: how the process of school inclusion of children with specific needs in basic education in Brazil has been constituted. In order to describe the challenges encountered in the inclusion process, regarding the learning and development of children with specific needs in the school environment. With the general objective of presenting the rights guaranteed by the current legislation to people with disabilities, making a historical rescue of the relevant points in the process of implementing Inclusive Education in Brazil, deconstructing all types of devaluation and oppression related to ethnicity, cognitive performance, class and the challenges encountered during this path in the school context and in the community, discussing the needs for curricular adaptations for Inclusive Education.

Bearing in mind the need for greater depth about the object of study in question, contemplating it quantitatively, based on bibliographical survey, reading, interview, data collection, and analysis of the works of some authors from the information obtained, bringing a brief reflection to the professional training as a teacher, understanding that each student has their particularities and that they should be considered as diversity, that everyone is special, bringing with them their limitations and difficulties.

Keywords: Education, Inclusion, Academic-scientific Production, Deficiency.

1 INTRODUÇÃO

Os procedimentos metodológicos usados para a investigação, foram de natureza desta pesquisa básica, utilizando o método de abordagem contemplando de maneira quantitativa,

baseando no levantamento bibliográfico, leitura, entrevista, levantamento de dados, e análise das obras de alguns autores a partir das informações obtidas. Na constituição de 1988 e na lei de diretrizes e bases da educação 9394/96 reza que todos os indivíduos tem direito a educação sendo um dever do estado e da família. (BRASIL,2015, p. 19). Mesmo a educação sendo parte fundamental da socialização que viabiliza a integração do indivíduo no meio, ao longo dos anos a conquista por esse direito não foi tarefa simples, principalmente do que diz respeito educação especial sendo que em meados da década de 50 este assunto ainda era pouco discutida nas escolas, somente em 1970 que a educação inclusiva começou a ser discutida, o que se tornou alvo de preocupação do governo promovendo criação de instituições públicas e privadas órgãos normativos federais e estaduais de classes especiais. Foi então, que surgiu a declaração de Salamanca (1994) com fins propositais que toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Sendo assim, a declaração de Salamanca percebe uma visão ampla no processo de inclusão, demonstrando uma inclusão social em que envolve a todos, e não somente pessoas com necessidades específicas.

Nesta perspectiva é possível perceber, que o processo de transformação pedagógica começa a acontecer cada vez que se cria um círculo de educadores em que se estabelece a prática da diversidade de opiniões, de pensamentos, de modos de práticas, trazendo a formação continuada de cada docente no contexto escolar, entendendo que cada criança traz consigo uma particularidade e um olhar individualizado.

2 DESENVOLVIMENTO

É importante ressaltar que a Educação para crianças de Necessidades Específicas desde o princípio até a atualidade, deu início pelos institutos de Educação Especial, através de muitas lutas e organizações, no qual o governo teve a sua contribuição com unidades filantrópicas. Com intuito de proteger e promover ações de defesa e lutar pelos direitos destas crianças, surgiu a o movimento de pais e amigos, A Apae - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla.

De acordo com o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Educação é um direito assegurado pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, no qual toda criança são

vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta. Sendo assim, toda criança portadora de necessidade específica, também traz o seu direito à um acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. Entretanto, a Educação inclusiva começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), a partir da aprovação da constituição de 1988 e da LDB 1996. A Educação especial, passa atualmente por um momento de revisão epistemológica, que se caracteriza pelo movimento da Educação Inclusiva. Este movimento é consequência de mudanças ocorridas nas atitudes sociais que foram se estabelecendo ao longo da história, com isso é necessário repensar as práticas pedagógicas utilizadas para essas crianças, uma vez que é observado que um turma é heterogenia, ou seja requer um olhar individualizado pois cada um traz consigo suas dificuldades.

Ao decorrer, da pesquisa foi perceptível que ainda é necessário cursos preparatórios para os profissionais da educação, principalmente enquanto docente, o qual enfrenta grandes desafios cotidiano. Estudos ainda aponta um déficit de profissionais qualificados para que de fato essa inclusão aconteça, é necessário se reinventar todos os dias para levar a essas crianças atividades pedagógicas através que inclua a ludicidade, intencionalidade, criatividade de uma maneira que estimule e desperte a atração nessa criança e o docente consiga atingir os objetivos propostos. Segundo Freire (1996, p. 21) “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho”.

2.1 Fundamentação Teórica

2.2 A educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil: aspectos históricos, políticos e legais.

Quando discutimos sobre a inclusão, é preciso recorrer a uma perspectiva histórica que nos traga à memória a compreensão desta ação na sociedade, marcada por grandes

transformações. Segundo Mrech (1998), a proposta de Educação Inclusiva surgiu nos Estados Unidos, em 1975, com a lei pública nº 94.142, que abriu possibilidades para a entrada de “alunos com deficiência” na escola comum.

Sendo assim, Tendo como base a ideia de Hobsbawm (1995) que a história se configura por um amplo processo de continuidade e descontinuidade, iniciamos o presente artigo com alguns pontos históricos sobre a deficiência, para, a partir das reflexões sobre o preconceito, buscar os resquícios, ou a continuidade, de alguns desses fatos históricos.

Por tanto, já no início do século XX, estudos médicos e psicológicos contribuíram para o surgimento de novas teorias a respeito da capacidade e inteligência das pessoas, bem como de uma nova visão sobre como tratar as pessoas com deficiência. Helena Antipoff e Ulysses Pernambucano, por exemplo, são dois brasileiros que contribuíram para a educação institucionalizada dos alunos com deficiência, nas primeiras décadas do século XX. (Antunes, 2003).

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (KASSAR, 2011, P.65-67).

Sendo assim, a trajetória da educação Especial no Brasil é marcada por algumas práticas assistencialistas e educacionais, no qual uma parte da população se viu relegada a atitudes isoladas, ofertas de serviços prestados por instituições públicas, privadas e filantrópicas. Mazzotta (1996) identifica três grandes períodos nessa trajetória. O primeiro se estabelece de 1954 a 1956. As iniciativas oficiais e particulares isoladas cobriam de forma progressiva os diferentes tipos de deficiência, tais como: visual, auditiva, física e mental. Começa a revelar uma tendência de afirmação do campo da educação especial. Em 1854, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant, que realiza atendimento educacional no campo da educação especial. O segundo período se estabelece a partir de 1957 até 1993. De acordo com o autor, se percebe um avanço em direção a iniciativas públicas, que passa a desenvolver campanhas e estruturar órgãos de acordo com as diferentes deficiências. Esse período marca um importante avanço em relação ao anterior, na medida em que, há um espaço de organização de âmbito nacional e aglutinam órgãos em torno da educação especial. O terceiro período se dá a partir da LDB. 9394/96. Quando é feito o reconhecimento da educação especial como uma subárea da política de educação. A educação especial passa a ser vista como uma responsabilidade dos estabelecimentos regulares de ensino e as instituições

filantrópicas e especializadas devem desempenhar um papel de complementação em turno inverso ao ensino regular. Contudo, é a primeira vez que na história brasileira, passa a se concretizar um olhar voltado apenas para educação inclusiva, seguindo a proposta internacional de política de inclusão na rede regular de ensino, Entende-se por educação especial —[...] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especial (BRASIL, 1996, p.).

Como parte desse movimento de educação para todos, em 1994, ocorreu em Salamanca o encontro denominado Conferência Mundial sobre necessidades educacionais especiais, reforçando o direito ao ensino de qualidade e de inclusão. Tal encontro visou reafirmar o direito à educação das pessoas com necessidades educativas especiais, tendo em vista promover integração e participação e de combater a exclusão.

Acompanhando o processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.”(MEC/SEESP,2001, p.1).

Já nas décadas de 80 e 90, apareceu a proposta de Inclusão de “alunos com deficiência”, numa perspectiva inovadora com relação à proposta de integração da década de 70, cujos resultados não modificaram muito a realidade educacional de fracasso desses alunos. (BRASIL, 2006).

Os estudos de Mazzotta apontam três atitudes sociais que marcaram a história da Educação Especial no tratamento dado às pessoas com deficiência: marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação. A marginalização é caracterizada como uma atitude de descrença na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência. O assistencialismo é uma atitude marcada por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário, porque permanece a descrença na capacidade de mudança do indivíduo, acompanhada pelo princípio cristão de solidariedade humana, que busca apenas dar proteção às pessoas com deficiência. A educação/reabilitação apresenta-se como uma atitude de crença na possibilidade de mudança das pessoas com deficiência e as ações resultantes dessa atitude são voltadas para a organização de serviços educacionais. Cabe ressaltar que o fato de uma concepção ou atitude social predominar em determinado período não significa que concepções e atitudes diferenciadas não convivam em um mesmo contexto. (BRASIL,2006, p.9).

Diante dessa informação apresentada acima, é notório que existe uma relação entre as representações sociais sobre a deficiência, descritas por Amaral, e as atitudes sociais, descritas

por Mazzotta. (BRASIL,2006).

Nas décadas de 80 e 90, teve início a proposta de Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, numa perspectiva inovadora em relação à proposta de integração da década de 70, cujos resultados não modificaram muito a realidade educacional de fracasso desses alunos. (BRASIL, 2006).

A proposta de inclusão propõe que os sistemas educacionais passem a ser responsáveis por criar condições de promover uma educação de qualidade para todos e fazer adequações que atendam às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência. (BRASIL, 2006)

Entretanto, Sasaki (1998,p. 9) explicita o paradigma da inclusão:

Esse paradigma é o da inclusão social - as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas).

As pesquisas realizadas pelo O Censo Escolar/MEC/INEP, realizadas anualmente em todas as escolas de educação básica, acompanha, na educação especial, indicadores de acesso à educação básica, matrícula na rede pública, inclusão nas classes comuns, oferta do atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares e o número de municípios e de escolas com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL,2008).

Portanto, entende que a Educação Inclusiva se contrapõe à homogeneização de alunos, conforme critérios que não respeitam a diversidade humana. Ressaltando que a educação inclusiva envolve um olhar relativo à heterogeneidade que respeita as diferenças de cada educando. Nesse sentido, a educação inclusiva visa combater a todo tipo de desvalorização e opressão relacionadas à etnia, à capacidade, ao desempenho cognitivo, classe social e o convívio social. (BRASIL,2006).

2.3 O ensino e a aprendizagem de pessoas com deficiência no contexto da inclusão escolar e os desafios encontrados.

Educação Especial, que por muito tempo configurou-se como um sistema paralelo de ensino, vem redimensionando o seu papel, antes restrito ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, para atuar, prioritariamente, como suporte à escola regular no recebimento deste alunado. (SASSAKI, 1997).

Passamos boa parte do tempo na escola. Sendo assim, a escola exerce a função social de democratizar conhecimentos e formar cidadãos conscientes, participantes e de opiniões próprias. De acordo com Antunes (2003, p. 469),

Entendemos a educação como prática social humanizadora, intencional, cuja finalidade é transmitir a cultura construída historicamente pela humanidade. O homem não nasce humanizado, mas torna-se humano por seu pertencimento ao mundo histórico-social e pela incorporação desse mundo em si mesmo, processo este para o qual concorre a educação. A historicidade e a sociabilidade são constitutivas do ser humano; a educação é, nesse processo, determinada e determinante.

De acordo com a política nacional de educação especial, a inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Sendo assim nesse processo é utilizado o lúdico, diferentes formas de acesso, às múltiplas formas de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. (BRASIL, 2008).

Quando referimos a Política Estadual da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (PARANÁ, 2008), afirma que, o desafio da inclusão escolar é enfrentado como uma nova forma de repensar e reestruturar políticas e estratégias educativas, de maneira a não apenas criar oportunidades efetivas de acesso para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, mas, sobretudo, garantir condições indispensáveis para que possam manter-se na escola e aprender, (PARANÁ, 2008, p. 6)

Como a sociedade e os sistemas educacionais têm enfrentado suas dificuldades e se preparado para realizar essa educação inclusiva?

MANTOAN (2003, p. 8) ressalta que “idéias e verdades não nos tiram inteiramente de dificuldades e muito menos são definitivas. Temos de nos habituar a reaprender constantemente com as nossas ações, individuais ou coletivas: esse é um material infalível.”

Frente a estas reflexões faz-se necessário questionar o papel dos gestores e educadores no sentido de: 1 – Desenvolver ações que levem a família e a comunidade a acolher a criança com sua diferença, sem protecionismos. 2 - Proporcionar à família e à comunidade atividades que favoreçam a convivência e estimulem a confiança. 3 - Estimular a família a participar da vida da criança, de forma que sua intervenção seja segura e eficaz. 4 - Estimular a criança a valorizar a reabilitação, para que reconheça a importância de uma manutenção contínua desse processo. É necessário que a criança aprenda a ser cúmplice e aliada de si mesma no processo da inclusão. (BRASIL,2006, p. 24)

Sendo assim um dos maiores desafios da formação enquanto docente vista no contexto da educação inclusiva é estimular o educador, conhecer as singularidades dos processos pedagógicos de cada um de seus estudantes para identificar meios de garantir o direito à aprendizagem, na perspectiva de que o atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos educandos, considerando as suas necessidades específicas.

Como ressalta MANTOAN (2003, p. 13) “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”. De acordo nos afirma (MORIN, apud MANTOAN 2003, p. 14) “pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições”.

Dessa forma é possível ressaltar segundo as palavras de MANTOAN:

Estou convicta de que todos nós, professores, sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos. É fácil receber os “alunos que aprendem apesar da escola” e é mais fácil ainda encaminhar, para as classes e escolas especiais, os que têm dificuldades de aprendizagem e, sendo ou não deficientes, para os programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape, continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar. Estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os “especializados” e, assim, não recai sobre nossos ombros o peso de nossas limitações profissionais. (MANTOAN 2003, p. 18).

Também é notório que inovações educacionais como a inclusão abalam a identidade profissional e o lugar conquistado pelos professores em uma dada estrutura ou sistema de ensino, atentando contra a experiência, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquiri-los, levando esse profissional para uma zona de conforto. MANTOAN (2003, p. 41).

Freire vai dizer “ensinar inexistente sem aprender e vice-versa” e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar.

FREIRE (1996, p. 13) ressalta que

A perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas. Com tudo isso, quero dizer que uma escola para todos não desconhece os conteúdos acadêmicos, não menospreza o conhecimento científico, sistematizado, mas também não se restringe a instruir os alunos, a "dominá-los" a todo o custo. Aprendemos a ensinar segundo a hegemonia e a primazia dos conteúdos acadêmicos e temos, naturalmente, muita dificuldade de nos desprendermos desse aprendizado, que nos refreia nos processos de ressignificação de nosso papel, seja qual for o nível de ensino em que atuamos. (MANTOAN, 2003, p. 9).

A Secretaria de Educação Especial do MEC (SEESP), através do documento Política Nacional de Educação Especial que rege oficialmente os serviços públicos nesta área, considera a Educação Especial como sendo:

[...] um processo que visa a promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob esse enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos (BRASIL, MEC/SEESP,1994, p.17).

Visando potencializar os conhecimentos pedagógicos e conceder suporte e apoio voltado para a educação inclusiva, as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica, regulamentado pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008. Tem como foco o atendimento educacional especializado - AEE tendo como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. (AEE, 2008, p. 1)

Dessa maneira A LDBEN, portanto, deixa claro que, para construir junto com seus futuros alunos experiências significativas de aprendizagem e ensiná-los a relacionar a teoria e

a prática em cada disciplina do currículo, é preciso que a formação dos professores seja pautada em situações equivalentes de ensino e aprendizagem.

Definidos os princípios, a LDBEN dedica os dois Artigos seguintes aos tipos e modalidades dos cursos de formação inicial de professores e sua localização institucional:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

I – cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II – programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III – programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Contudo de acordo ressalta MANTOAN (2003, p. 12) “nosso modelo educacional mostra há algum tempo sinais de esgotamento, e nesse vazio de idéias, que acompanha a crise paradigmática, é que surge o momento oportuno das transformações”.

Diagnóstico semelhante também foi traçado por Castro (2002) numa pesquisa realizada na rede municipal de educação de Santa Maria/RS, que analisou representações e sentimentos de professores da rede regular de ensino diante da inclusão de alunos com necessidades especiais em "suas" salas de aula. Castro mostrou que os professores, de modo geral, não se sentem capacitados para receber um aluno com deficiência, apesar de acreditarem nos méritos da inclusão. É o que se pode depreender das seguintes falas, proferidas por diferentes professores:

Eles [alunos especiais incluídos] exigem uma atenção que não temos condição de dar.

[...] Não temos condição de oferecer o que eles realmente necessitam, pois não somos educadoras especiais, apesar de termos boa vontade.

[...] Não temos preparo suficiente para fazer um trabalho com muitos resultados positivos.

[...] Há muito despreparo nas classes regulares e nos cursos de formação do magistério.

[...] Eu acho ruim [a inclusão], pois os professores precisam de conhecimento para trabalhar com esses alunos.

[...] Desde que não atrase muito o ritmo do grupo em geral pode acontecer.

[...] É um direito assegurado a todos. E é possível a inclusão se o

sistema educacional estiver preparado a aceitar e tiver conhecimento específico para lidar com as diferenças (p. 41-43).] (Apud PLETSCHE 2009)

Outrossim, devemos destacar o estudo desenvolvido por Carneiro (1999), que investigou professores que atuavam em turmas de pré-escola à 4.^a série do ensino fundamental da rede regular de ensino de Juiz de Fora/MG. Os resultados evidenciaram a necessidade de uma formação continuada em serviço desses professores para a efetivação com qualidade da educação inclusiva. (Apud PLETSCHE 2009).

Pletsch ressalta que, neste sentido, advertimos que, num primeiro momento, são comuns sentimentos de incapacidade e até mesmo de medo frente ao ingresso de um aluno com algum tipo de deficiência ou distúrbio de comportamento em sala de aula regular, podendo afastar o professor daquilo que não conhece e lhe suscitar estranheza (CORREIA, 1999; NAUJORKS, 2002 e 2003; BEYER, 2003, Apud PLETSCHE 2009). Ou seja, a falta de preparo e informação acaba impossibilitando o desenvolvimento na prática pedagógica do docente em desempenhar um olhar mais amplo e sensível às necessidades do educando especial incluído.

Dessa forma Mantoan vai dizer: “A perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas”. (MANTOAN 2003, p. 9).

2.2 Procedimentos Metodológicos

Visando compreender os desafios encontrados no ambiente escolar, por crianças com necessidades específicas e suas limitações, tendo como é o processo de inclusão como um todo, respeitando as limitações dessas crianças na escola regular. Compreender as práticas pedagógicas utilizadas, visando o desenvolvimento e o conhecimento pedagógico destas crianças. Este estudo optou por um projeto de forma qualitativa. Nessa perspectiva, não envolve a prática, somente referências bibliográficas, buscando contextualizar as observações realizadas ao decorrer da pesquisa. A educação inclusiva almeja assegurar os direitos de crianças com necessidades específicas e suas limitações, na perspectiva de um desenvolvimento pedagógico. De acordo com a RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001, Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação

Básica.

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades. Parágrafo único. O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos. (MEC/SEESP, 2001).

A inclusão é um debate recorrente em nosso meio. Nas palavras de Mantoan (2003,p.12) “É inegável que os velhos paradigmas da modernidade estão sendo contestados e que o conhecimento, matéria-prima da educação escolar, está passando por uma reinterpretação”. Freire destaca:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino**. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE 1996, p. 16)

Os desafios são necessários para obter uma transformação, a inclusão está nesse processo de transformação, passando por cada etapa. “É um desafio aos sistemas de ensino para que revejam seus paradigmas e encontrem alternativas educacionais que contribuam com o processo de ensino e aprendizagem dessas pessoas.” (BRASIL, 2006, p. 25).

Segundo Mantoan:

Nas redes de ensino público e particular que resolveram adotar medidas inclusivas de organização escolar, as mudanças podem ser observadas sob três ângulos: o dos desafios provocados por essa inovação; o das ações no sentido de efetivá-la nas turmas escolares, incluindo o trabalho de formação de professores; e, finalmente, o das perspectivas que se abrem à educação escolar, a partir da implementação de projetos inclusivos. (MANTOAN 2003, p.31). Sendo assim é possível perceber que prática educativa de inclusão de “alunos com deficiência”. São necessários investimentos na formação inicial e continuada dos docentes, bem como melhoria das condições materiais de trabalho.

Freire ressalta: "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção." (FREIRE 1996, p. 13). Nesse processo

pedagógico é essencial que haja a convicção. “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.” (FREIRE 1999, p. 97)

2.3 Resultados e Discussão

Ao decorrer da pesquisa, foi possível observar que a luta pelos direitos a Educação Inclusiva foram muitas, nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 90, no qual se tem debatido sobre um Sistema Educacional Inclusivo, nas esferas política, cultural, social e pedagógica, em prol do direito de todos a uma educação inclusiva de qualidade.

De acordo com os resultados obtidos, grande parte dos docentes não tiveram uma formação especializada na área da educação inclusiva, tendo como maior dificuldade o suporte com materiais didáticos, no qual pode se observar que mesmo que seja o mesmo assunto trabalhado em sala de aula para todos, os dessas crianças em específico devem ser adaptadas. Sendo assim, é possível perceber um déficit de profissionais especializados em educação inclusiva em nosso país. Os que existem, geralmente, acabam sobrecarregados com funções que não são suas.

Assim, encontrar novas pessoas capacitadas para auxiliar na função é um dos grandes desafios da educação inclusiva no Brasil. A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores: “Não fui preparado para lidar com crianças com deficiência” (LIMA, 2002, p.40 aput, OLIVEIRA, 2012).

Para Mantoan (1997) o desafio da inclusão provoca inquietações, e conseqüentemente, a melhoria da educação, portanto, para que os alunos alcancem o direito a educação em sua plenitude, é imprescindível que as escolas aprimorem suas práticas, com o intuito de atender às diferenças.

Pesquisa sobre, crianças portadoras de necessidades especiais.

4 respostas

Qual é o seu nome?

4 respostas

Juliana Carvalho Vieira da Silva

Dilberton Carneiro

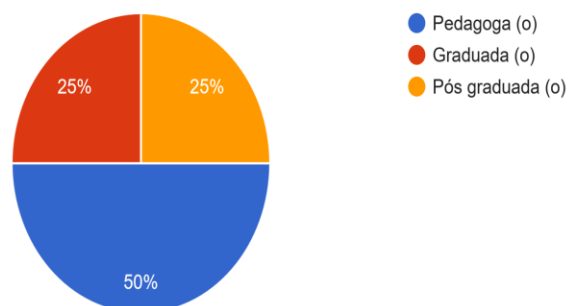
Érica

Cristiana

Qual a sua formação?



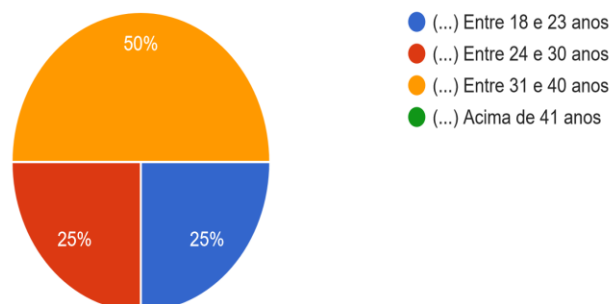
4 respostas



Qual a sua idade ?



4 respostas



No seu ponto de vista, o que é inclusão no ambiente escolar?

4 respostas

É inserir o educando nas atividades propostas de forma adaptada se necessário.

Fazer com que o educando se sinta parte integrante do processo e tratado da mesma forma que os demais, claro que se levando em conta as limitações individuais de cada.

Ambiente adequado para receber crianças com necessidades especiais, onde todos possam interagir de modo igualitário.

princípios que visam à aceitação das diferenças individuais, à valorização da contribuição de cada pessoa, à aprendizagem através da cooperação e à convivência

Como é realizada as atividades para as crianças portadora de necessidades específicas?

4 respostas

De forma adaptada com mediação, conforme a sua necessidade.

São realizadas de forma impressa e adaptada com o mesmo conteúdo que os demais educandos estão aprendendo.

Atividades didáticas como jogos, histórias, artes... que envolvam interação e explore o conhecimento da criança

atividades lúdicas e outras práticas que visam melhorar sua condição física e psicológica.

No seu ponto de vista, quais os aspectos cognitivos poderia ser melhorado para a formação dessas crianças?

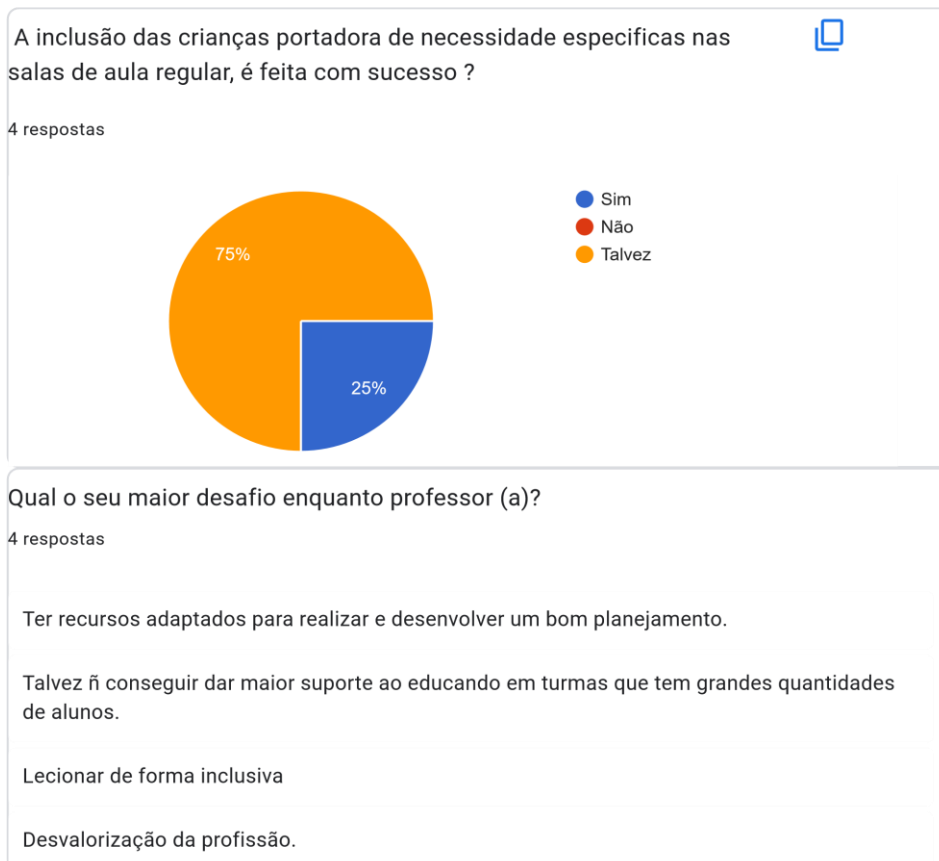
4 respostas

Visual e lúdico. Ter materiais que atraia e desperte o interesse.

Adaptação das atividades de forma mais desafiadora dentro das limitações, utilizando recursos disponíveis na instituição.

Investimento de profissionais qualificados para lidar de forma competente com essas especificidades

Acho que, estimular o desenvolvimento cognitivo infantil contribui para que a criança tenha um aumento expressivo da sua coordenação motora.



https://docs.google.com/forms/d/1vfURz7_wbRNE5BwG6deG8MvQffKAp7rp6uM3Hw0HO4/viewanalytics

Google Formulários

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou visualizar que apesar da luta pela inclusão de crianças com necessidades especiais ter sido promissora e crescente, um dos principais desafios tem sido a necessidade de capacitação profissional para uma educação inclusiva de qualidade. Apesar da dificuldade em encontrar um maior número de profissionais que pudessem contribuir com um resultado mais preciso desta pesquisa, e poucos escritos literários voltados a essa questão, os resultados apresentados são de suma importância para incentivar mais trabalhos e abrir um olhar para importância da capacitação do corpo docente.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia Assumpção. Histórias da Exclusão: e de Inclusão? – na escola pública. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICÓLOGOS. Educação Especial em debate. São Paulo: Casa do Psicólogo/Conselho Regional de Psicologia, 1997, p.23-34

Antunes, M. A. M. **Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas**. São Paulo:(ABRAPEE) v. 12, n. 2, p.469-475, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, **Salamanca**-Espanha. FOUCAULT, Michel. Os Anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade **Educação Especial**. Brasília: MEC, 2008. Pelo do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

Freire, Paulo *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

HOBBSAWM, E. (1995). **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991** (M. Santarrita, trad). São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Kassar, Mônica de Carvalho Magalhães *Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional*. Educar em Revista [online]. 2011, n. 41 [Acessado 27 Novembro 2022] , pp. 61-79.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000300005>. Epub 09 Dez 2011. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000300005>.

MARGAREZI, Andreia Letícia. Curso de especialização em ser social: Direitos sociais e competências profissionais. **Educação inclusiva e as possibilidades de intervenção para o assistente social**. Brasília. 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. Link: [Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer? .](#)

MAZZOTTA, Marcos. José Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996. 208 p.

OLIVEIRA, ELIZÂNGELA DE SOUZA et al. INCLUSÃO SOCIAL: PROFESSORES PREPARADOS OU NÃO? POLEMICA, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 314 a 323, maio 2012. ISSN 1676-0727. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3103>>. Acesso em: 30 nov. 2022. doi:<https://doi.org/10.12957/polemica.2012.3103>.

PARANÁ. Departamento De Educação Especial E Inclusão Educacional, 2009. Disponível em: <<
https://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/toledo/ed_especial/legislacao/politica_estadual.pdf >> [Acessado 27 de novembro 2022].

Pletsch, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Educar em Revista [online]. 2009, n. 33 [Acessado 30 Maio 2022], pp. 143-156. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>>. Epub 10 Ago 2009. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC, 2001.

Rogalski Solange Menin. Histórico Do Surgimento Da Educação Especial. Vol. 5 – Nº 12 - Julho- Dezembro 2010 Disponível em: <<https://www.passofundo.ideau.com.br/wp-content/files_mf/eca97c3f3c5bda644479e4c6a858f556168_1.pdf>> [Acessado dia 28 de novembro 2022].

SASSAKI, R. Entrevista especial à Revista Integração. Revista Integração. MEC: Brasília, v.8, n. 20, p.09-17, 1998.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994.